

Solidariedade (ainda) é um conceito central na sociologia (das organizações)? mudanças conceituais e a questão do desenvolvimento

Autoria: Gustavo Madeiro da Silva

Resumo

O conceito de solidariedade é criado antes mesmo de seu uso por Durkheim, mas é com este autor que ele torna-se um conceito central na análise social. Tal interpretação motivou a formulação de sistemas de governo e ideologias políticas baseadas no princípio de dependência mútua entre os indivíduos; um sistema de redistribuição da riqueza social centralizado, baseado no estatuto preponderante do trabalho formal, torna-se a base de toda uma teoria do desenvolvimento. No entanto, com a crítica aos diversos tipos de Estado Expandido, a partir da década de 70, esta interpretação do conceito cai por terra, em prol de interpretações que cada vez mais enfatizam satisfação e desenvolvimento pessoal e despolitização do conceito. Influências como o individualismo metodológico, a teoria dos custos de transação e a economia neoinstitucionalista, valorizados com a crise do bloco comunista, são algumas das principais responsáveis por tais alterações. Dentro deste contexto, o objetivo principal deste trabalho de cunho teórico é analisar as principais interpretações históricas do conceito de solidariedade e suas diferentes associações com o desenvolvimento. Tais alterações de sentido foram motivadas por eventos históricos de alcance mundial, que condicionaram ao menos quatro correntes principais: a corrente Durkheimiana/solidarista, a interpretação da solidariedade familiar, a vertente da Economia solidária e versão neoliberal. Procuraremos comparar as diferentes interpretações a de acordo com seu alcance e seus projetos ideológicos associados. Como objetivo secundário, procuraremos a partir de uma análise crítica localizar a utilização dessas interpretações na administração, dando indícios dos caminhos mais promissores de estudo. Como principais apontamentos, podemos indicar ao esvaziamento de sentido propriamente político do conceito. Mesmo se em sua origem ele fazia parte de um amplo projeto de sociedade, e sua utilização estava diretamente ligada à visão industrialista do desenvolvimento, as visões modernas não guardam tais ambições. O conceito continua bastante utilizado na análise social, mas em correntes que, mesmo se com uma visão de desenvolvimento multidimensional, o atualizam para um contexto em que o trabalho precário e a competição dentro do mercado são dominantes. A única perspectiva que, com ressalvas, parece ter um bom potencial de estudo para a administração é a visão da economia solidária. Mesmo assim, se mantém presente a limitada perspectiva harmônica das relações sociais, que exclui o conflito e as relações assimétricas de poder, e enfatiza a cooperação e a boa vontade dos indivíduos.

Introdução

Este trabalho faz parte de um amplo argumento, apresentado em outros artigos, e que analisa as transformações sofridas em diversos conceitos centrais na análise social a partir da década de 80 em todo o mundo. Nasce então uma época de repulsa ao ‘Estado Estendido’ em suas diversas formas (Estado de Bem Estar Social nos países centrais ; Estado Proletário no Leste, Estado Desenvolvimentista nos países periféricos). No plano econômico, a primeira reação foi uma valorização do Neoliberalismo ; no plano político, Estados descentralizados ; no plano social, uma valorização da iniciativa e associação cidadã como resposta ao vazio deixado pelo Estado.

Neste artigo, examinamos de perto o conceito de solidariedade, suas relações com o desenvolvimento e seus usos na administração. Esse conceito é sempre utilizado nas discussões sobre a atividade da sociedade civil organizada e, segundo diversas correntes teóricas, tem um papel chave no desenvolvimento. Mas no entanto a cada época histórica, e de acordo com cada corrente que o utiliza, o termo ‘solidariedade’ tem sentidos diversos, afetado por eventos sócio-econômicos, à mudanças de paradigma dominante ou pela adaptação à novas teorias sociais. A evolução do conceito está associada portanto à evolução e surgimento de outros conceitos e idéias, como de ‘sociedade civil’, ‘capital social’ ou ‘stakeholders’.

Neste artigo de perfil teórico, nos propomos a realizar um trabalho de arqueologia do conceito de solidariedade, de modo a analisar os principais autores, correntes e mudanças no domínio, desde sua criação (no século XIX, antes mesmo de Durkheim), até nossos dias. Tentaremos demonstrar de que forma mudanças objetivas na realidade conduziram a mudanças na forma de pensar o conceito, e como essas mudanças de pensamento estão ligadas a diferentes proposições de políticas de desenvolvimento.

Tais ambições pressupõem quatro fundamentos principais. Primeiramente, a crença de que houve mudanças de sentido do conceito de solidariedade desde seu surgimento até nossos dias, mudanças estas que alteram incrivelmente sua natureza. Em segundo lugar, acreditamos que estas mudanças estão associadas à mudanças em diversas outras teorias e conceitos da análise social. Em terceiro lugar, a crença de que existe uma relação dialética entre a construção de teorias e conceitos e a prática no domínio do desenvolvimento. Em quarto lugar, de que as diversas compreensões do conceito de solidariedade propõem interpretações diversas do próprio conceito de desenvolvimento.

Na sequência, discutiremos de que modo o conceito de solidariedade, popularizado por Durkheim na análise da natureza das relações sociais a partir da divisão do trabalho, tornou-se vazio de conteúdo propriamente político ao ser ‘adequado’ ao neoliberalismo e à sociedade de consumo. Neste ponto, são valorizadaa ao menos três outras interpretações concorrentes : a da economia solidária, a da solidariedade familiar e a neoliberal. Ao invés de ser esquecido por sua forte identificação com um certo autor e uma certa realidade histórica, estranhamente o conceito foi reaproveitado, por vezes com sentido contraditório à sua origem. Essa mudança não foi sem consequência para a formatação do Estado ele mesmo, principalmente se se considera que as proposições de Durkheim estavam na base de diversas políticas sociais e mesmo do modelo de Estado de Bem Estar social em todo o mundo, através de seu princípio de cidadania, identificação e socialização através do trabalho.

Durkheim, o Estado Social e a Solidariedade enquanto dependência

Segundo Théry (2007), em nossos dias, quando se fala em solidariedade, tal citação comumente refere-se ao conceito jurídico do direito social, que une um conjunto de credores ou devedores em uma mesma obrigação : nos casos previstos pela lei, o que é pago a um dos credores libera o devedor da dívida, assim como aquilo que é tomado emprestado por um devedor em ‘sociedade’ com outros, é devido por todos. A palavra se origina, do latim, em *in solidum* (um por todos). Ela permite pensar a relação de obrigação em termos coletivos, mesmo na ausência de uma autorização expressa, enquanto que no direito civil comum, habitualmente, só há o reconhecimento da obrigação individual.

É com Durkheim que a palavra ‘solidariedade’ se insere nas discussões sociológicas, na metade do século XIX (antes dele Leroux, em 1841, já havia utilizado a palavra em um sentido mais ligado à moral cristã). Em Durkheim, o sentido está mais diretamente ligado à dicotomia de Tonnies entre os conceitos de sociedade e comunidade. Aqui, a comunidade seria fundada sobre a afeição, enquanto que a sociedade seria fundada sobre a razão, em uma caricaturização das relações sociais que beira uma conotação ideológica (BOUDON e BOURRICAUD, 1982 ; PAUGAM, 2007). Em Durkheim, a solidariedade parece preencher um vazio, pois ele acreditava que o contrato social, ou o interesse individual, e nem mesmo a opressão do Estado, sozinhos, poderiam garantir a coesão social com o desenvolvimento da sociedade moderna. Este papel seria desempenhado pela solidariedade, a partir dos célebres conceitos de solidariedade mecânica e orgânica (DURKHEIM, 2004).

Segundo ele, a solidariedade mecânica seria fundada sobre a igualdade e semelhança entre os membros de um grupo, mas também sobre a semelhança das condições de existência entre estes. Ela implica uma proximidade geográfica, mas principalmente de valores. São os casos de comunidades em que as famílias habitam há muito tempo no mesmo local ; os antepassados dessas famílias já tinham convivência entre si, muitas destas famílias têm laços sanguíneos, mesmo que distantes. Honra, lealdade e respeito pelas tradições são princípios valorizados, e o respeito a eles é determinante nas ascensão/declínio social.¹

Deste modo, se trata de uma coabitação mais próxima do que no caso da ‘sociedade’, com relação à proposição de Tonnies. Os indivíduos podem ser conhecidos com referência à seu lugar de origem ou à sua família (é o hábito, por exemplo, em algumas localidades do Brasil). Nestes casos, os valores coletivos, à partir da religião, por exemplo, garantem a ajuda mútua. No passado, essa era uma prática bastante necessária, em comunidades muito expostas a ameaças naturais, a epidemias ou a opressão de indivíduos poderosos.

A solidariedade orgânica, por sua vez, é por sua natureza uma estrutura nascida com a sociedade dita moderna, de indivíduos desiguais (Durkheim tinha uma visão bastante linear e positivista do desenvolvimento e de seus conceitos). A divisão do trabalho seria a questão determinante no progresso e na passagem de uma sociedade primitiva para uma sociedade moderna, e portanto de relações sociais fundadas na solidariedade mecânica para relações sociais fundadas na solidariedade orgânica.

De uma parte, o crescimento das cidades e o fim dos grandes discursos (de outro modo, a descrença nas soluções revolucionárias e metafísicas, ou nas grandes ideologias), como a religião, por exemplo, enfraquece as relações tradicionais entre as pessoas. A noção mesma de indivíduo só tem sentido no caso de solidariedade orgânica, pois, no caso da solidariedade mecânica, a consciência individual seria uma simples dependência da coletividade, e daí decorrem todos os movimentos (DURKHEIM, 2004). Por isso, em sociedades com solidariedade mecânica os valores e crenças dos indivíduos tendem a ser semelhantes ; os comportamentos desviantes tendem a ser em muito menor número e muito mais fortemente reprimidos.

De outra parte, a divisão do trabalho cria uma dependência fundada sobre a complementaridade dos ofícios. Cada indivíduo superespecializado depende dos outros ofícios para a satisfação de suas necessidades. Mas, para Durkheim, predominariam os argumentos de ordem moral, e não utilitária : ele explica como as pessoas poderiam ser mais autônomas e ao mesmo tempo mais estreitamente ligadas na sociedade moderna (PAUGAM, 2007). A solidariedade mecânica teria tendência a desaparecer na medida em que se desenvolvia a divisão do trabalho. Em desenvolvimento ‘normal’, ou antes ‘ideal’, a solidariedade orgânica ocuparia o espaço como substituta, impedindo assim a desintegração social (anomia).

Mas Durkheim reconhece que existem casos em que essa lógica não funciona idealmente. O desenvolvimento da sociedade moderna traz riscos, na medida em que nesta sociedade a vida em ignorância da existência do outro é virtualmente possível (o enfraquecimento da solidariedade, com conseqüente isolamento dos indivíduos, é um fator que causa depressão e suicídios, segundo Durkheim, 2007). Ele apresenta então 3 ‘anomalias’ que impedem a criação de uma moral coletiva (a partir da solidariedade orgânica) que suporte a vida comum (DURKHEIM, 2004): 1. No caso de crises industriais e /ou comerciais ; 2. Nos casos insatisfação com o trabalho ligado à disputa de classes ; 3. em todos os casos nos quais, por uma razão ou outra, a atividade de produção é interrompida ou sustentada em um nível abaixo do normal.

Acontece que, para Durkheim, é no trabalho que se realiza, na sociedade moderna, a inserção do indivíduo no meio social, sua identificação enquanto cidadão, homem (ou mulher) e chefe de família, e onde é criada a relação de solidariedade orgânica. Mas, nesta mesma sociedade moderna, uma das primeiras conseqüências do desemprego ou ‘desencaixe’ na situação de trabalho é o sentimento de inadequação ou exclusão social, e portanto, de falta de solidariedade. Quanto maior o número de excluídos da moral coletiva, menor a sensação de um todo interdependente, e portanto maiores as possibilidades de agitação social, violência e desprezo pelas leis.

No entanto, essas situações que o autor aponta como anomalias, parecem na verdade ser a regra na sociedade de hoje (PAUGAM, 2007), ao menos nas regiões mais ligadas ao processo de mundialização (onde, quando saímos de uma crise econômica, já discutimos quando e onde vai estourar a próxima). Segundo Tragtenberg (1989), por essa razão Durkheim é chamado de ‘o sociólogo da ordem’ : ele prefere pensar em termos de coesão social antes que em conflito, como se esta fosse incomum e aquela fosse o padrão ; ele prefere pensar em termos de consciência coletiva e representação corporativa antes que em termos de oposição de classes, pois a relação de trabalho não teria a marca indelével da exploração, mas sim da inserção social. Para ele, a questão social seria antes uma questão moral, e não uma questão de disputa pela distribuição da renda e do poder. Isso explica a má impressão de marxistas históricos sobre o autor.

Outra crítica que podemos apontar sobre o autor diz respeito à sua visão positiva e linear da evolução social. Seu conceito de solidariedade traz consigo um julgamento de valor sobre os destinos das sociedades, pois ele considera como sendo uma evolução natural e automática aquela da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, ou de outra forma, do ‘primitivo’ para o ‘moderno’. Se por um lado o nascimento da sociedade dita ‘pós moderna’ despertou um novo interesse sobre o conceito de solidariedade, dada a situação explosiva de muitas regiões do mundo, e das dificuldades de interpretação social de países subdesenvolvidos, por outro lado esse mesmo pensamento pós moderno remodelou a visão sobre a possibilidade de uma solidariedade orgânica tal como ela foi concebida.

O pensamento de Durkheim pode ser identificado como a principal fonte da doutrina do solidarismo, base de uma corrente republicana que predominou na política mundial durante

uma boa parte do século XX e deu a justificação moral ao Estado do Bem Estar Social nos países ocidentais ricos (PAUGAM, 2007). Desenvolvido primeiramente na França por Léon Bourgeois, ainda no século XIX, essa doutrina falava da dívida dos homens para com seus ancestrais e seus iguais. A partir de um pensamento sistêmico, ela sustenta que o indivíduo é composto de conhecimentos, criações, trocas, práticas, e enfim, de todo um trabalho de gerações anteriores à sua, mas também pelo trabalho e atividade de outros seres que dividem com ele a mesma sociedade. Dado este reconhecimento, haveria uma obrigação do indivíduo de enriquecer a herança cultural deixada às próximas gerações. Também seria de sua obrigação participar, para de seus contratos individuais, de um contrato social geral que una a todos, de certa forma ligando seus destinos fazendo-os dividir tanto os ganhos como as perdas sociais.

É fácil de ver os resultados políticos desta visão. O Estado é posto em uma posição importante na redistribuição de ganhos e perdas sociais, em um modelo de controle social também estudado na famosa trilogia de Polanyi. Não se propõe que seu tamanho aumente indefinidamente, nem que se oprima e diminua o espaço de liberdade dos indivíduos. É suposto um concerto social anterior, de forma que o Estado redistributor aparece como uma tradução de sua vontade.

Desde fim do século XIX havia políticas nacionais que, de uma certa forma, se inquietavam da grande desigualdade existente entre a população. Estas políticas não nasceram por acaso: a realidade das classes baixas na Europa era tão ruim que forçava milhares de famílias a emigrar (principalmente para a América) em busca de melhores condições de vida. Esta emigração, que foi percebida em um primeiro momento como uma bênção para países que enfrentavam agitação social, tornava-se rapidamente uma catástrofe, sendo comparada a uma hemorragia dada sua importância (HIRSHMAN, 1986). Por esta razão, a Alemanha de Bismarck, seguida da Inglaterra e dos Países Escandinavos, implantaram certas formas de proteção e apoio social inéditos no mundo. Apesar de tudo, apenas após a primeira guerra é que essas inovações são absorvidas em uma teoria econômica formal (com Keynes), e somente após a segunda grande guerra elas são aplicadas de forma generalizada.

Nesta época, o medo do comunismo, assim como a necessidade de reconstruir os países destruídos pela guerra, puseram novos problemas para as sociedades ocidentais. A reconstrução teria novos fundamentos: 1. A busca pelo pleno emprego tornava-se o objetivo central; 2. Para atingir este objetivo, a planificação da economia, inspirada da experiência dos comunistas, parecia ser uma das principais ferramentas; 3. A centralização das decisões econômicas pelo Estado sendo necessária, este mesmo Estado deveria assumir o papel de garantidor dos direitos fundamentais e de uma renda mínima para a população (*welfare-state*) (SACHS, 2007).

Castel (2003) identifica essas medidas como uma tentativa de pôr fim à insegurança social que oprimia a população, assim como uma renovação da prática da solidariedade. No contexto de uma sociedade salarial, em que o número de não proprietários era muito maior que o número de proprietários, novas garantias ligadas ao trabalho foram postas em prática. Era o trabalho que lhes dava acesso, em parte, à uma identidade grupal, pois as ligações profissionais foram reforçadas com a definição dos sindicatos como atores de negociação privilegiados e como porta vozes dos trabalhadores. De outra parte, os princípios do *welfare state* estavam fundados sobre a suposição de que o crescimento da economia se apoiava sobre o crescente consumo e a igualdade entre os indivíduos (VALIER, 2005), assim como sobre a ordem criada a partir da solidariedade. Mais o consumo aumenta, mais indústrias são abertas, e mais aquelas que estão em funcionamento são levadas a aumentar sua produção, o que as obriga a contratar mais trabalhadores. Ao mesmo tempo, quanto maiores os lucros, maior o crescimento da renda dos trabalhadores (mediado pelas negociações dos sindicatos), o que

traz uma nova alta do consumo. A questão que permanece é que, dados os problemas na aplicação real deste modelo harmônico e consensual, ainda são necessários argumentos morais para seu funcionamento, e é aí que entra a questão da solidariedade.

Paralelamente, o Estado torna-se um vasto organismo de seguridade. A constituição da propriedade social (que está disponível para todos os cidadãos), assim como o princípio de assistência universal desempenhavam um importante papel na expansão dos direitos sociais, que davam uma contrapartida concreta à expansão dos direitos civis e políticos (CASTEL, 1995). Obviamente que o nível em que esses direitos básicos foram garantidos dependia de diversos fatores, entre eles as possibilidades financeiras dos Estados em questão. Sendo assim, mesmo se os países pobres não implantaram sistemas de seguridade universais como os países centrais, boa parte deles, no mundo ocidental, tentou, alargar o acesso a alguns serviços básicos, como a educação, a saúde e a previdência.

Talvez somente nos países nórdicos a realidade se aproximou do ideal, como um exemplo de garantia da cidadania e de universalização de direitos. Mas na maior parte dos outros países, o sistema se revelou um ‘garantidor de diferenças’, (CASTEL, 2003). A segurança, a saúde pública, a escola pública, o sistema previdenciário, etc, são antes de tudo proteções sociais, mas não chegaram a resolver as questões da exclusão e da concentração de renda, que dependem de diversos outros fatores.

Um elemento importante para a compreensão do espírito fundador do Estado Social, mas também os eventos que se seguiram à sua queda, é a posição do setor de assistência na intervenção social (PAUGAM, 2007). O Estado tomou para si a responsabilidade de garantir os direitos básicos e funcionar como um redistributor de renda com a idéia do Estado social. O princípio de ‘des-mercantilização’ (a criação e/ou extensão da propriedade social, em setores fundamentais onde a predominância da oferta estava assegurada por organizações privadas) era uma das palavras de ordem. O setor de assistência e de caridade privada, até então um setor importante, torna-se marginal, e um dos indicadores de sucesso das políticas dos Estados nacionais era sua capacidade de absorver a totalidade das classes baixas em seus programas sociais. Na sequência, o crescimento do setor assistencial esteve estreitamente ligado às disputas em torno do novo conceito de ‘Estado’ que se construiu durante os anos 70 e 80.

Novos dirigentes chegam ao poder nos países centrais do capitalismo, e com eles novos grupos e idéias. Em fins da década de 70, as disputas em torno da idéia mesma de Estado tendem para o pensamento liberal. A nova questão social conserva muitos de seus conflitos eternos, mas amplifica alguns deles: a desigualdade entre gerações, entre sexos, entre nacionais e estrangeiros, desigualdades espaciais, conflitos urbanos, escolares, raciais, entre desempregados e trabalhadores, etc. (PAUGAM, 2007). Nesta atualização de sentido, pode-se perceber diversas implicações sobre a questão da solidariedade.

Primeiramente, com o desmantelamento do Estado Social e da solidariedade nacional, o conceito mesmo de solidariedade começa a perder sua posição central na análise social, principalmente em razão de seu desajuste em relação aos novos princípios dominantes. Ele será ainda utilizado em situações determinadas, mas predominantemente em um sentido individual e voluntarista. Em segundo lugar, diversas mudanças sociais, assim como um menor apoio por parte do Estado, aumentam a importância da família como apoio econômico e social dos indivíduos. Cada uma dessas interpretações será analisada de modo mais detalhado na sequência.

A crise da família nuclear e a Solidariedade familiar

Um segundo sentido do conceito toma forma principalmente à partir das mudanças ocorridas na estrutura familiar ao curso das últimas 5 décadas. Mesmo se a estrutura familiar

nuclear (o pai, a mãe e o filho) foi por longo tempo um dos fundamentos da análise social, a evolução dos modos e da moral, assim como as condições sociais gerais (como, por exemplo, a mudança no perfil da população economicamente ativa) fizeram com que esta estrutura fundamental (que, segundo algumas posições, é natural) não seja mais considerada absoluta na modernidade. O conceito de solidariedade familiar surge para dar conta das novas relações existentes na família.

A comunidade concebida por Tonnies e utilizada por Durkheim, assim como por diversos autores depois deles, tinha como exemplo maior a família. Mesmo antes do século XVIII, a família já era considerada a célula fundamental da sociedade e a base de diversas teorizações políticas. Por exemplo, Locke (1973) cita Sir Robert Filmer, que em uma oposição à teoria do direito divino dos monarcas, mas em defesa do Estado absoluto, na metade do século XVII já sustentava que o estado representava a família e o rei, o pai, sendo ele herdeiro da autoridade original de Adão, e a submissão à essa autoridade representava a essência do dever político. Segundo Lenoir (2007, 174) :

Esta teoria de integração da família e pela família tornou-se politicamente credível como atestam a posição que a família ocupa nas ciências sociais então nascentes (demografia, antropologia, psicologia, sociologia, etc.) e o movimento social que fará da moral familiar seu emblema e fundamento, o familiarismo, assim como a invenção do trabalho social do qual o ponto de aplicação, como se sabe, é a família.

Em Hegel, por exemplo, a família é a estrutura básica para explicar a dinâmica social, juntamente com a sociedade civil, representada pelas corporações, e o Estado. Na família, não existiriam indivíduos, mas membros, ligados por sentimentos de amor e noção de clã. O interesse e o conflito não seriam próprios desse espaço, mas sim da sociedade civil (HEGEL, 1997).

Muito associada à moral religiosa, a noção de família existente era fundamentalmente conservadora, com o pai no trabalho, a mulher e os filhos em casa, um retrato da família nuclear, de Parsons. O apoio mútuo dentro do espaço familiar não era tratado como solidariedade, seja por conta de uma certa sacralização deste espaço, onde não havia lugar para considerações econômicas, seja por questões sociais, já que não se esperava que os menores e as mulheres tivessem alguma renda enquanto permanecessem sob o domínio do ‘grande pai’.

No entanto, durante o século XX, principalmente após a segunda grande guerra, uma nova realidade econômica se impõe, e algumas alterações neste espaço familiar se operam. A classe média convive agora com o trabalho feminino externo ao lar, educação pública de massa, mudanças nos modos e maior liberdade individual. Rapidamente, a estrutura familiar básica se altera, e muitas outras formas são reconhecidas em nossos dias (mais solteiros, mulheres que sustentam financeiramente a casa, mães solteiras, casais homossexuais, etc.). Aliado à essas mudanças econômicas e sociais, um movimento contemporâneo argumenta a perda da importância da instituição familiar. Tal afirmação se fundamenta em dois pontos principais : o descrédito da noção de comunidade e a presença do Estado Social (THÉRY, 2007).

Em primeiro lugar, as críticas ao conceito de ‘comunidade’ afirmam que ela implica uma certa nostalgia por aquilo que se supunha ter sido perdido com a modernidade. A comunidade implicava a partilha, principalmente, de valores e de uma moral, a questão financeira sendo secundária, e neste sentido se justifica a comparação com a família. O avanço na teoria social, com a dessacralização da família, tornaria sem valor tal conceito.

Em segundo lugar, o advento do Estado Social altera as práticas familiares : os pais, muito ocupados no trabalho, não se ocupam mais da educação das crianças, do cuidado aos

doentes e de pessoas idosas, todas essas tarefas que agora são de responsabilidade do Estado. Desta forma, não haveria interesse no estudo de dimensões como a financeira, patrimonial e de entre-ajuda, pois a única função da família moderna seria a construção identitária do ‘self’. As relações entre os intergrantes da família teriam um aspecto puramente psicológico e moral.

O desmantelamento do Estado Social pode fornecer uma das bases de crítica à essa idéia de perda de importância da instituição familiar. Com relação à época posterior à segunda guerra mundial, a geração nascida a partir dos anos 70 conhece uma realidade na qual as possibilidades econômicas e profissionais são mais limitadas. Até os anos 60, era comum que os filhos atingissem funções e rendas superiores em relação à seus pais, relação que se inverte na sequência, principalmente nos países ricos. Ou seja, o pleno emprego não é mais coisa comum nos países centrais, e os jovens ficam cada vez mais tempo na casa dos pais, mesmo com o aumento no nível comparativo de educação. Mesmo saindo de casa, o apoio financeiro, inclusive para estudo, permanece por muito mais tempo. Os cortes nas aposentadorias fazem o mesmo do lado dos idosos. De outro modo, as relações sociais se alteraram de forma que a presença de filhos adultos (trabalhadores ou não) nas casas dos pais torna-se comum, em uma deturpação do modelo de família nuclear. Mesmo em casas diferentes, o apoio financeiro entre pais e filhos torna-se regra, sendo o elemento econômico importante na relação (BEVORT e LALLEMENT, 2006).

Além do mais, a chamada desintegração familiar não acontece necessariamente da forma descrita. As diversas estruturas familiares comportam uma multiplicidade de relacionamentos, sendo que a tendência da legislação é de valorizar muito mais as relações afetivas entre as pessoas para a definição dos direitos e relações familiares, e não somente as relações de sangue (indiferenciação legal entre filhos naturais e bastardos, possibilidades de adoção, etc.).

A influência neoliberal e a solidariedade em tanto que comportamento

A partir dos anos 70, há uma dinâmica de mobilidade generalizada das relações de trabalho, dinâmica que é ao mesmo tempo uma des-coletivização, re-individualização e uma insegurização (CASTEL, 2003). Os empregos, compreendidos no sentido clássico, tipo fordista, tempo integral, dedicação exclusiva, tempo indeterminado e com as garantias sociais habituais, permanecem existindo em grande número em quase todo o mundo. Mas se assiste a uma degradação de seu estatuto : a existência do chamado ‘desemprego estrutural’ sugere a existência de uma certa quantidade de indivíduos permanente, e talvez definitivamente, em situação de desemprego, fora da classificação habitual de ‘à procura de emprego’. O medo desta situação-limite, o aumento das avaliações e recompensas individuais, a automatização, a mudança de alguns setores para se adaptar a este que se chama ‘modelo pós-fordista, com uma menor concentração de trabalhadores no mesmo local e mais ocupações criativas, são todos fatores que diminuem o sentimento de dependência entre os trabalhadores. Para além disso, a difusão de empregos não típicos (de meio período, de duração determinada, sem garantias sociais) é preocupante. Com as crises recorrentes, muitos países cancelam algumas das garantias ao trabalhador, o que leva à uma institucionalização dessas formas de emprego, que ameaçam a predominância quantitativa do emprego clássico e que geralmente representam a precarização das condições de vida e, de uma certo modo, uma forma de desagregação social pelas menores possibilidades de construção de uma solidariedade comum.

Mesmo se a definição proposta por Durkheim ainda tem autoridade nas discussões teóricas, cada vez mais a evidência mostra que outras variáveis tornaram-se importantes para além da divisão do trabalho. A questão é que a modernidade conheceu, principalmente a partir do boom industrial, diversos grupos que, oprimidos e estigmatizados de diferentes formas, se

reunem em tanto que grupos organizados para defender o que eles consideram como seus direitos, ao mesmo tempo em que as corporações de trabalhadores perderam parte de sua força. Diferentes grupos de interesse surgiram como reprodutores de uma dependência mútua mais próxima reproduzindo uma identidade comum, semelhante àquelas que caracterizavam a comunidade ‘primitiva’ de Tonnies. Na década de 50, os *estudos culturais* surgem como uma corrente dos estudos etnográficos, que se aplica ao estudo de grupos ditos minoritários, nascidos do novo contexto industrial e urbano. Ele reconhece culturas e relações particulares nos grupos humanos de jovens, deficientes, negros, feministas, etc. Se por um lado o fundamento da solidariedade não é mais a corporação de trabalho, por outro lado ainda é necessário achar um fundamento para a solidariedade, que muda de formato. (AKOUN e ANSART, 1993).

Essa desagregação social, ligada às crises econômicas a partir da década de 70, vêm a trazer mudanças de sentido no conceito de solidariedade. Nas últimas décadas, o conceito é bastante influenciado por certas visões de mundo (como a idéia de desenvolvimento pessoal, ligado à psicologia americana), que sublinham o caractere individual da felicidade e a necessidade de realização de esforços pessoais para o alcance de tal felicidade, como a melhora das capacidades individuais para o sucesos em geral. De uma certa forma, o conceito ajuda a minimizar as relações estruturais entre as pessoas, por reforçar sua individualidade. A definição dos comportamentos adequados para a evolução qualitativa do ser humano (entre os quais o chamado ‘comportamento solidário’) faz parte deste contexto.

O conceito de desenvolvimento pessoal se desenvolve em par com o neoliberalismo, à partir da centralidade posta sobre os direitos do indivíduo e sobre a iniciativa pessoal. O desmantelamento do Estado Social e a decadência da idéia de solidariedade nacional reforçam esta tendência. Como causa mais distante, podemos citar a influência de uma onda cognitivista e psicologizante nas ciências sociais, que sem ter uma origem precisa, se difundiu por todos os lados. Esta influência retira a questão das relações assimétricas de poder das discussões sociais, enfatizando as capacidades individuais como definidores do sucesso.

Falando sobre a realidade dos Estados Unidos, Kester (2000) aponta que, por conta das décadas de ação afirmativa e de políticas públicas igualitárias, a direita atual considera que não mais existem limitantes institucionais ao sucesso de camadas sociais que anteriormente sofriam com preconceitos (negros e mulheres, de forma específica, e pobres e classe trabalhadora, de forma geral). Isso levou a uma mudança no foco da análise: a exclusão social e a criminalidade não são mais explicadas por desigualdades econômicas ou sociais, mas sim por incapacidades ou fracassos individuais. A falta de ‘visão empreendedora’, a falta de ‘moral do trabalho’ ou de uma ‘cultura de ganho’ são apontadas como causadoras do fracasso em indivíduos e do subdesenvolvimento em regiões inteiras. Tais teorias podem facilmente, nas mãos de alguns radicais, passar de diferenças individuais para pseudo teorias da raça com base genética que fundam o insucesso econômico de negros e latinos, e o sucesso de judeus, brancos ou chineses.

Dessa forma, não há responsabilidade coletiva (ou pública) sobre o destino dos indivíduos, o que naturalmente afeta as políticas sociais. A tendência é então de garantia de condições de concorrência básicas, sem controle ou limitação dos resultados de tal processo. Os problemas sociais seriam resolvidos não pela ação do Estado, mas a partir de programas ‘reconstrução cultural’ de comunidades excluídas, geralmente a partir da ação de associações civis, como na visão de capital social (PUTNAM, 2000; NORTH, 2005). Essa desresponsabilização esvazia o conceito de solidariedade, que reassume a forma de filantropia ou caridade, desta vez desvinculada de questões religiosas, mas associada à questões morais e auto-estima (PAUGAM, 2007).

In place of flawed public institutions we find conservatives championing private philanthropy in which members of the upper class choose to dispense some portion of their accumulated wealth as a reflection of their own humanity and moral excellence. Social programs are to be viewed as a form of noblesse oblige, rather than as a collective recognition of inequalities that operate elsewhere in the social order (KESTER, 2000 : 10).

A questão da Economia Solidária

Na teorização de Durkheim, como já dito, a diferenciação entre os tipos de laços solidários que uniam as pessoas se baseava no fator ‘trabalho’. O reconhecimento dos indivíduos de suas semelhanças de condições de vida, de valores e de sorte comum decorria do nível de divisão do trabalho encontrado no local. A partir de uma visão evolucionista, Ele acreditava que naturalmente predominaria a solidariedade orgânica na sociedade moderna, e a eliminação gradual da solidariedade mecânica.

No entanto, um fenômeno que ele mesmo usou para sua teorização vai fornecer a base para uma interpretação concorrente : o modelo era a corporação de ofício, e a interpretação, a economia solidária (PIROTTE, 2007).

Com a crise do Estado do Bem-estar, interpretações da dinâmica social que minimizassem o papel do Estado foram valorizadas no mundo acadêmico. Se na dimensão econômica o neoliberalismo foi a resposta, na dimensão social teorias que fortalecessem o papel da sociedade civil organizada foram redescobertos. A economia solidária defende formas de produção, distribuição e comercialização dos produtos que valorizem as pessoas, e não primordialmente o lucro. O trabalho é visto como direito e privilégio de indivíduos autônomos e criativos, e formas associativas igualitárias que valorizem tais características e se distanciem do modelo hierárquico enfatizadas.

Os autores que defendem essa perspectiva geralmente citam Polanyi (2000) como central na teorização. Em seu trabalho clássico, ele verifica a existência de diversas formas de coordenação social em toda a história : a reciprocidade, a troca e a redistribuição.

A reciprocidade sub-entende movimentos entre pontos de correlação de grupos simétricos ; a redistribuição designa movimentos de apropriação em direção de um centro, depois deste para o exterior. A troca se refere a movimentos de vai e vem tais quais as mudanças de direção em um sistema de mercado. A reciprocidade toma então como pano de fundo grupos simetricamente ordenados ; a redistribuição repousa sobre a presença, no interior do grupo, de uma certa forma de centro ; para que a troca possa produzir integração, é preciso a existência de um sistema de mercado criador de preços. É claro que esses diferentes modelos de integração supõem suportes institucionais determinados (Polanyi, 2000 : 245).

Na época moderna, tais suportes institucionais são geralmente identificados como a predominância da sociedade civil, do mercado ou do Estado. Polanyi argumenta que, apesar de existirem ao menos as três formas, elas se equilibram de modo diferente em cada sociedade, de modo a constituírem diferentes sistemas em cada caso : no caso de predominância do princípio da troca, o mercado liberal desregulado seria um exemplo de instituição dominante ; no caso do princípio de redistribuição dominante, o Estado de Bem-Estar seria uma possibilidade de instituição dominante ; no caso do princípio da reciprocidade, a associação e colaboração cidadã, como no caso da economia solidária, teria papel predominante.

Diferentes definições (geralmente não excludentes) do conceito foram sugeridas, com consequências diversas.

Uma corrente de pensamento, baseada em Singer (2000) e valorizada entre economistas, se fundamenta na idéia de que as formas de reciprocidade cidadã ressurgem no mundo moderno a partir de fins da década de 70, como uma forma de luta coletiva contra as desigualdades, o desemprego e a pobreza, e como possibilidade de desenvolvimento local. Com a perda do papel de provedor do Estado, e a desregulamentação da atividade das empresas, os grupos sociais tiveram que construir formas de proteção mútua, construindo enclaves de cooperação, em oposição à concorrência selvagem entre indivíduos que é a base da economia moderna. Tais enclaves poderiam, com a criação e manutenção de inúmeros empregos, proporcionar a recuperação de economia deprimidas.

Uma segunda corrente enfatiza o movimento da Economia solidária como uma opção a longo prazo de construção de um mundo diferente daquele proporcionado pelo primado das trocas ou da redistribuição. Sem se pôr totalmente em oposição ao Estado e ao Mercado, tais autores enfatizam o papel social e político dessas iniciativas. A economia solidária teria a possibilidade de interagir com as esferas de decisão dominantes, em busca de construção de princípios de ação diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004 ; 114)

Reagindo contra o determinismo econômico e se reclamando a ‘altermundialização’, o movimento da economia solidária visa a promoção de formas inéditas de democratização da sociedade, considerando que essa finalidade supõe hoje a democratização da economia. Segundo seus atores, a importância tomada pela economia impossível a retomada da atratividade do ideal democrático por deixar às elites o monopólio da decisão em matéria econômica. (BUCOLO e LAVILLE, 2006 : 264)

Segundo França Filho e Dzimira (1999) nos espaços de economia solidária predominaria uma lógica de ação substantiva, ao invés da lógica de ação instrumental presente em outros espaços sociais. Especificamente o conceito de dádiva é relembrado, como a ação de presentear despida de interesse, mas que contém a obrigação social de retribuição. A relação com a dádiva seria uma relação harmônica, comparável à relação familiar (posto desta forma, essa seria um tipo de solidariedade orgânica em meio à civilização moderna). Em fim das contas, a dádiva é um ‘dar-se’.

A economia solidária sugeriria portanto uma plataforma de promoção do desenvolvimento alternativa à via insercional-competitiva típica do predomínio do mercado : a via sustentável-solidária (FRANÇA-FILHO, 2008). A proposta passa por uma reorganização das economias locais, com o pressuposto de que os problemas econômicos e sociais da atualidade não podem ser enfrentados individualmente, a partir de capacidades empreendedoras, mas devem ser enfrentados coletivamente, a partir da autodeterminação e criação de soluções endógenas às comunidades. As redes de economia solidária representariam portanto estratégias inovadoras de promoção do desenvolvimento local.

As relações entre solidariedade e desenvolvimento

Em Durkheim, a solidariedade podia ser compreendida como o sentimento de dependência mútua que se manifesta através de comportamentos de cooperação recíproca entre os membros de um grupo. Seguindo o pensamento sistêmico, se considera a sociedade como um todo único composto de partes interdependentes, que precisam de mais que o interesse para se manterem unidas. É na boa saúde de uma das partes que reside o bom funcionamento e a segurança das outras. Considerada como um todo então, o progresso social não poderia ser duradouro com oposições muito diferenciadas entre diversos setores sociais, e o estudo das formas de anomia é uma análise desta questão. A solidariedade consistia então

em uma idéia que trabalhava pela estabilidade e perenidade de um grupo determinado. Foi este conceito que ousou colocar, pela primeira vez, a questão social como antecessora das considerações econômicas.

Quando se mergulha nos textos relativos ao progresso social produzidos durante os Trinta anos gloriosos, quando reinava uma produção predominantemente fordista e um modo keynesiano de regulação da economia, se tem rapidamente a medida de um certo ambiente concernente à relação entre solidariedade e progresso. A crença em um encadeamento regular de um ao outro tomava a forma de uma espiral. O primeiro termo – solidariedade – aparecia claramente como condição do segundo – o progresso econômico. Em retorno, este permitiria de aumentar a solidariedade entendida como um sentimento de pertença à uma sociedade comum. Necessária para o progresso econômico, a solidariedade justificava que o avanço deste seja posto à serviço do progresso social, ou seja, a redução das desigualdades sociais, a emancipação de cada um e a proteção de todos. (DONZELOT, 2007 : 89-90)ⁱⁱ

A noção de justiça social era a base da solidariedade nacional à época do Estado Social. Entretanto a década de 80 vai tudo mudar : a influência do individualismo metodológico (que substitui o estruturalismo de esquerda como pensamento dominante) ; o utilismo trazido pelos neoliberais e uma onda cognitivista que chega nas ciências sociais, todos esses fatores vêm a relativizar o bem comum e transformá-lo na soma dos bens individuais, baseado nos esforços individuais.

O movimento de crítica aos Estados Expandidos a partir da década de 70 vai criar/fortalecer portanto 3 visões diversas da solidariedade : aquela da solidariedade familiar, a visão neoliberal e a visão da economia solidária. O bom funcionamento do mercado não é um dado, algo natural, é necessária a participação do Estado para seu bom funcionamento. No entanto, em nossos dias o Estado é considerado um ‘animador’ ou ‘supervisor’ (DONZELOT, 2007 : 99) do progresso, e não seu gestor.

A partir de então, é dispensada uma dependência muito forte entre os indivíduos, o que é considerado como um símbolo de atraso, uma barreira para o desenvolvimento. As evidências apontam que as relações entre as pessoas não podem ser nem tão fortes como na comunidade ideal (pois não se suportaria a desigualdade crescente e também porque o movimento operário influenciaria de modo muito forte o equilíbrio de mercado) nem tão fracas como no pesadelo de Durkheim (pois isso significaria de um lado atomização dos indivíduos, de outro lado possibilidade de anomia e distúrbios sociais). Outras teorias modernas, como a dos custos de transação, também advogam contra essas relações fracas, neste caso por aumentarem os custos de transação, como explica Williamson, 1988). O ideal seriam as ligações que conectam as pessoas (o bastante para a reprodução do capital social) mais que lhes deixem livres (como agentes do mercado). Enquanto em outra época a solidariedade teve como consequência um movimento geral de garantia e proteção dos direitos, hoje ela parece servir unicamente para entreter a boa consciência das sociedades modernas para com seus pobres (PAUGAM, 2007).

Quando se considera os textos imediatamente seguintes aos trinta anos gloriosos, vemos desaparecer este círculo virtuoso unindo solidariedade social e progresso econômico. A questão agora é simplesmente de coesão social, da ameaça que pesa sobre esta por conta da mundialização, da necessidade de mantê-la para preservar a competitividade da economia local ou nacional. De forma que a famosa coesão social sucede ao progresso social mas sobre um fundo de perda da evidência da solidariedade objetiva de todos na escala da nação. O progresso social não é mais uma consequência clara como quando o aumento da produtividade obtida ao preço de uma especialização crescente das tarefas

industriais era suficiente para aumentar a interdependência de todos na sociedade. (DONZELOT, 2007 : 89-90)ⁱⁱⁱ

A influência neoliberal foi determinante na crítica à grande rede de securização proporcionada pelo Estado. As outras interpretações do conceito citadas (economia solidária e solidariedade familiar) são valorizadas a partir dessa mesma crítica, se bem que com características diversas à leitura rasa do neoliberalismo.

A construção do quadro abaixo buscou comparar então as diferentes interpretações do conceito de solidariedade segundo suas quatro principais aplicações históricas. Dada uma certa correspondência entre tais aplicações, procuramos analisar os fatores que levaram a tais mudanças, assim como suas diferentes implicações sobre o desenvolvimento.

Figura 1 : diferenças entre as principais interpretações do conceito de solidariedade

	Durkheim/ Solidarismo	Economia Solidária	Solidariedade Familiar	Neoliberalismo
Nível de análise	Macro social	Grupos		Indivíduo
Dimensões tratadas	Político/econômica/ Social		Social	
Relação com o desenvolvimento econômico	Direta	Indireta	Residual	
Visão de desenvolvimento associada	Industrial/ Econômico	Multidimensional		
Visão do trabalho associada	Formal	Informal/ Autônomo	Flexível/ Precário	
Característica do projeto político	Centralizador/ Hierárquico	Descentralizador		
Instância de coordenação social enfatizada	Estado	Sociedade Civil	Família	Mercado
Visão do conflito Social	Harmônica			

Fonte : Formulação própria

As versões que são historicamente as três últimas (Economia solidária, Solidariedade Familiar e versão Neoliberal) apresentam diversas semelhanças entre si, pois surgiram/reapareceram na mesma época histórica, a partir dos mesmos processos sociais e políticos de desmantelamento dos Estados Expandidos por todo o mundo e pela precarização geral do trabalho e crise do emprego formal. Neste sentido, o principal fator a unir essas diferentes correntes é um projeto descentralizador e local, em oposição ao projeto totalizante e centralizador de Durkheim, que baseia sua análise no papel do emprego formal e das relações de trabalho como estruturador do indivíduo e dos sistemas sociais.

Esse projeto totalizante de Durkheim pode ser demonstrado pela amplitude de sua análise, que contempla as dimensões econômica, social e política. A perda dessas dimensões de análise se apresenta fortemente no caso da versão neoliberal e da Solidariedade familiar. Aí, a solidariedade se apresenta como um fenômeno eminentemente social, sem consequências no âmbito político e como um resultado de processos econômicos diversos, não sua condicionante (supõe-se que um maior desenvolvimento leve a uma maior onda de

solidariedade, no caso da versão neoliberal, ou menor, no caso da solidariedade familiar). Por isso a relação do conceito de solidariedade com o desenvolvimento econômico nessas visões é residual, não sendo esse um conceito central na análise. Tal característica é utilitária ao projeto ideológico neoliberal, em que a responsabilização pelo destino uns dos outros tem que ser enfraquecida em prol da livre competição. Em Durkheim, a relação do conceito com o desenvolvimento era direta e dominante, pois a partir da solidariedade universal é que se criariam condições objetivas para o progresso social (harmonia social, crescimento da produção, crescimento da renda, etc.). Na economia solidária, essa relação é indireta, pois ela trata da melhora das condições de vida em pequenos grupos, sem um projeto totalizante de desenvolvimento (há relação aqui com o conceito de desenvolvimento local, mas os dois não se confundem).

Além disso, a perda das dimensões política e econômica são notórias nas novas interpretações do conceito. Excetuando-se a versão da economia solidária, essas novas versões despolitizam as implicações da solidariedade, que torna-se um fenômeno residual na análise social. Mesmo se a interpretação de Durkheim é considerada típica de uma outra época, essas novas interpretações parecem simplificações extremadas da riqueza do conceito.

Principalmente por essa razão, a visão da economia solidária parece ser única com algum potencial de desenvolvimento para a administração, por conta da multiplicidade de dimensões tratadas e pelo fenômeno organizativo particular. Infelizmente, a vertente social-política desta corrente parece ser muito pouco tratada pelos autores nacionais, que se concentram na vertente econômica da economia solidária como um paliativo à crise do emprego. Talvez a condição do Brasil de economia em desenvolvimento ainda aponte para uma primazia dessa visão, enquanto que as considerações político-sociais seriam mais pertinentes em contextos de abundância econômica.

Mas a grande questão quanto à utilização do conceito de solidariedade nos dias de hoje se refere ao seu aspecto harmonizante das relações sociais, algo que está presente em todas essas visões. A falta de uma análise de relações de poder enfraquece sua capacidade explicativa da realidade. O conceito não pode explicar mudanças sociais, mas apenas a reprodução das estruturas estabelecidas. Esses argumentos muitas vezes trazem com eles a suposição de uma mudança no foco da luta social, de uma relação entre proprietários x proletários para uma relação entre empregados x desempregados (o que em muitos autores significa uma naturalização das relações de exploração), ou pior, a simples interpretação do fim das lutas de classes. Os confrontos entre diversos grupos sociais são deixados de lado, em favor de uma visão consensual do poder, em que todas as disputas podem ser resolvidas a partir da discussão, da cooperação e da boa vontade. Seu fundo ideológico fica claro, e é por isso que dificilmente tais visões poderiam ser consideradas críticas ao modelo dominante, e portanto distantes de uma proposta altermundista, pois dificilmente poderiam se constituir em propostas generalizadas de ação social.

Referencial Bibliográfico

- AKOUN, André ; ANSART, Pierre. Dictionnaire de sociologie. Paris : Seuil, 1993.
- BEVORT, Antoine. LALLEMENT, Michel (dir). *Le capital social: performance, équité et réciprocité*. Paris : Editions la Découverte/M.A.U.S.S, 2006.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris : Presses universitaires de France, 1982.
- BUCOLO, Elisabetta ; LAVILLE, Jean-Louis. Capital social et économie solidaire. In : BEVORT, Antoine ; LALLEMENT, Michel (dir.). *Le capital social: performance, équité et réciprocité*. Paris : Editions la Découverte/M.A.U.S.S, 2006.

- CASTEL, Robert. *L'insécurité Sociale: qu'est-ce qu'être protégé?* Paris : La République des idées, Seuil, 2003.
- DONZELOT, Jacques. Un Etat qui rend capable. In : PAUGAM, Serge. *Repenser la solidarité : l'apport des sciences sociales*. Paris : Presses universitaires de France, 2007.
- DURKHEIM, E. *Le suicide*. Paris : Puf, 2007.
- _____. *De la division du travail social*. Paris : Quadrige/PUF , 2004.
- FRANÇA, Genauto. DZIMIRA, Sylvain. Economia Solidária e Dádiva. In : Revista Organizações e Sociedade, v. 6, n. 14. Jan/Abr. 1999.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. In : revista Organizações e Sociedade, v. 15, n. 45. Salvador : CIAGS/EAUFBA, Abr/Jun 2008.
- FRANCA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do direito. São Paulo : Icone, 1997.
- HIRSCHMAN, Albert. *Vers une économie politique élargie*. Paris : les éditions de minuit, 1986.
- KESTER, Grant. 'Dialogical Aesthetics: A Critical Framework for Littoral Art', Variant, Issue 9, 1999/2000, Winter. Disponível em : <http://www.variant.org.uk/9texts/issue9.html#L7>.
- LENOIR, Rémi. La solidarité Familiale: une question morale. In : PAUGAM, Serge. *Repenser la solidarité: l'apport des sciences sociales*. Paris : Presses Universitaires de France, 2007.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- NORTH, Douglass. Le processus du développement économique. Paris : Editions D'organisation, 2005.
- PAUGAM, Serge. *Repenser la solidarité: l'apport des sciences sociales*. Paris : Presses Universitaires de France, 2007.
- PIROTTE, Gautier. La notion de société civile. Paris : Editions la découverte, 2007.
- POLANYI, Karl. A grande transformação : as origens de nossa época. São Paulo: Campus, 2000.
- PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. São Paulo : FGV, 2000.
- SACHS, Ignacy. *Le concept de développement d'après un itinéraire intellectuel*. Séminaire : Nationalité et représentation de l'avenir (Programme 2006-2007), École de des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, 27/02/2007.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia Solidária*. São Paulo : Perseu Abramo, 2000.
- THÉRY, Irene. Transformations de la famille et « solidarités familiales » : questions sur un concept. In : PAUGAM, Serge. *Repenser la solidarité: l'apport des sciences sociales*. Paris : Presses Universitaires de France, 2007.
- TONNIES, F. *Communauté et société : catégories de la sociologie pure*. Paris : Retz, 1987.
- TRAGTENBERG, Mauricio. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.
- VALIER, Jacques. *Brève histoire de la pensée économique: d'Aristote à nos jours*. Paris : Editions Flammarion, 2005.
- WILLIAMSON, Oliver. E. The economics and sociology of Organization. in: FARKAS, George; ENGLAND, Paula. Industries, Firms and Jobs: sociological and economical approaches. New York : Plenum Press, 1988.

ⁱ Isto não significa que esta se constitui em uma relação social ‘simples’, pois ela associa de forma frágil atitudes muito heterogêneas, assim como é um espaço igualmente de conflitos e de cálculo (BOUDON e BOURRICAUD, 1992) .

ⁱⁱ Tradução minha do francês

ⁱⁱⁱ Tradução minha do francês